

TRABALHO SOCIAL E MOVIMENTOS DE MORADIA: RESGATE E REFLEXÕES SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DA CIDADE DE SÃO PAULO

Ivaloo George Gusmão¹

RESUMO: O presente artigo reflete sobre as experiências de trabalho social em habitação de interesse social realizados com movimentos de moradia na década de 1980 e 1990 na cidade de São Paulo. Observamos, através dos atores – assistentes sociais do poder público municipal, assessorias técnicas e/ou organizações não governamentais –, que o trabalho social possuía uma intencionalidade contígua ao projeto de transformação societária que viria da classe trabalhadora e dos movimentos sociais. A intencionalidade do trabalho social com os movimentos de moradia era que, compondo uma realidade contraditória e oposta aos seus interesses, os movimentos sociais elaborariam uma outra forma de organização comunitária. Em outro contexto, mas em consonância aos desafios propostos pelos movimentos sociais no desenvolvimento das políticas públicas de habitação de interesse social, podemos observar as intencionalidades, as tensões, os desdobramentos e os desafios do trabalho social na contemporaneidade.

Palavras chaves: trabalho social; movimentos de moradia; autogestão na política de habitação.

Abstract: The present article reflect about social work experiences in social housing carried out with housing movements in the 1980s and 1990s in the city of São Paulo. We observe through the actor - social workers from the municipal government, technical advisors and/ or non-governmental organizations- that social work had an intention contiguous to the project of transformation of the society that would come from the working class an social movements. The intentionality of social work it, social movements they are composing a contradictory reality and opposite to their interests but they would elaborate another form of community organization. In another context but in consonance to the challenges posed by social movements in the development of public policies for social interest housing, we can observe the intentions, tensions, developments and challenges of contemporary social work.

Keywords: social work; housing movements; self-management in housing policy.

¹ Assistente social no Movimento de Habitação e Ação Social (Mohas) e na Peabiru TCA, pesquisadora no Núcleo de Estudos sobre Movimentos Sociais (Nemos) da PUC-SP e membro da executiva do Fórum de Trabalho Social de São Paulo. Mestre e doutoranda em Serviço Social pela PUC-SP. Email: ivaloo.gusmao@yahoo.com.br.

Introdução

O presente artigo procura refletir sobre as experiências de trabalho social em habitação de interesse social realizados com movimentos de moradia na década de 1980 e 1990 na cidade de São Paulo. Nesse período, observamos, através dos atores que realizaram essa prática – assistentes sociais do poder público municipal, assessorias técnicas e/ou ONGs – que o trabalho social possuía uma intencionalidade contígua ao projeto de transformação societária que viria da classe trabalhadora e dos movimentos sociais. A intencionalidade do trabalho social com os movimentos de moradia era que, compondo uma realidade contraditória e oposta aos seus interesses, os movimentos sociais elaborariam uma outra forma de organização comunitária. Em outro contexto, mas em consonância aos desafios propostos pelos movimentos sociais no desenvolvimento das políticas públicas de habitação de interesse social, podemos observar as intencionalidades, as tensões, os desdobramentos e os desafios do trabalho social na contemporaneidade.

Como metodologia para construção desse artigo, parto dos resultados da minha pesquisa de mestrado que utiliza pesquisa bibliográfica e documental² e analisa os relatórios de trabalho social da Fase³ e os documentos da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP)⁴. Utilizamos também de parte do acervo de entrevistas do projeto de pesquisa do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais (Nemos) da PUC-SP⁵, compartilhado pelo grupo de pesquisa para análise no recorte temático deste artigo. Com inspirações metodológicas na história oral, trazemos as entrevistas e evidenciamos as falas desses sujeitos, assistentes sociais que atuavam com movimentos sociais na cidade de São Paulo no período da redemocratização brasileira.

São notórios os ataques à participação, à transparência, ao controle social e à democracia na contemporaneidade. Nesse sentido, torna-se importante refletir sobre o trabalho social na política de habitação de interesse social no projeto oposto, ou seja, o trabalho social como componente da política pública, com direito à participação e ao controle social, a partir do diálogo democrático com os movimentos sociais de moradia. Há muitas questões que precisamos compreender sobre a democracia, a participação e as políticas públicas (e tantas ainda à defender) mas, como afirmam Abers, Silva e Tatagiba (2018), os movimentos sociais importam para as políticas públicas e as políticas públicas impactam o desenvolvimento dos movimentos sociais.

O trabalho social constitui parte desse processo. Como afirmam Diniz e Paz (2018), o trabalho social tem o desafio de assegurar as condições de acesso às políticas, aos direitos e à apropriação do espaço público de forma participativa. Ainda conforme as autoras, a dimensão estratégica do trabalho social em habitação de interesse social deve estar na articulação das lutas pela radicalização da democracia, na atuação junto aos movimentos sociais da classe trabalhadora e pela construção de um conjunto de ações de caráter

² Resultado da pesquisa: GUSMÃO, Ivaldo G. **Trabalho social, autogestão e movimentos sociais: resgate e reflexões da experiência dos anos 1980 na cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

³ Fase é uma organização não governamental sem fins lucrativos fundada em 1961, que desenvolveu trabalhos para a organização e o desenvolvimento comunitário e associativo no apoio a ações de resistência à ditadura e aos movimentos sociais na redemocratização brasileira.

⁴ A UMM-SP é uma articulação de associação de moradores e movimentos de moradia do estado de São Paulo.

⁵ Acervo de entrevistas do projeto de pesquisa “Marcas do Trabalho Social na Política de Habitação de Interesse Social na cidade de São Paulo: memórias, impasses e desafios da atuação profissional do Serviço Social”.

socioeducativo voltadas para a mobilização e a organização dos sujeitos sociais. A participação deve ter elemento central, a construção e a afirmação da cidadania no âmbito local, com potencialidade de ampliação para as lutas mais gerais na sociedade. São em territórios marcados pela exclusão e pelas desigualdades estruturais que a questão da participação e da organização social se tornam centrais para o enfrentamento e a superação dos problemas (DINIZ; PAZ, 2018, p. 12).

As propostas de participação popular e de ampliação de cidadania por meio dos canais institucionais de participação política foram propostos no Brasil após um longo período de ditadura militar, violência e autoritarismo. As propostas de uma democracia participativa foram promulgadas na Constituição de 1988, e foram nesses espaços que os movimentos sociais experimentaram participar da política pública, propor emendas populares, participar de orçamentos participativos, discutir planos diretores, participar de conselhos, comitês gestores, conferências, entre outras formas de participação política.

Dagnino (2004) aponta que houve uma crise discursiva na confluência perversa do atravessamento do projeto neoliberal com as experiências de construção democrática. No projeto democratizante participativo, o neoliberalismo e a participação nos espaços da política institucional turvaram as projeções sobre a sociedade civil e sobre movimentos sociais e a possibilidade de compreender suas intencionalidades. Mas, é a partir dessas análises que as relações podem ser observadas. A heterogeneidade e os conflitos internos aos movimentos sociais que, conectados, realizam correlações com partes do Estado, que também é heterogêneo (DAGNINO, 2004) e características dessas relações devem ser consideradas.

Se, por um lado, foi na década de 1990 que as dinâmicas de rearranjo político-institucional representaram aos movimentos sociais a representação popular através das Organizações Não Governamentais (ONGs), a institucionalização e a normalização de formas de ação coletiva (LAVALLE, 2004) dando centralidade a uma nova sociedade civil que emerge após a redemocratização brasileira, por outro lado, foram os novos aspectos das relações e interações dos movimentos sociais com o Estado que alianças, disputas, diálogos e negociações se formaram. A autonomia dos movimentos sociais não se constituiu na chave da não relação com o Estado, mas sim em realizar as mesmas finalidades, com auxílio mútuo ou coadjuvação recíproca.

Uma das expressões das relações dos movimentos sociais com o Estado são os movimentos de moradia que pautam políticas de habitação de interesse social por autogestão. A autogestão na habitação é a realização da produção habitacional ou da urbanização de uma área, com o controle da gestão dos recursos públicos e da obra pelos próprios movimentos populares, associações e cooperativas. Para Mineiro e Rodrigues (2012), autogestão é a possibilidade de a própria comunidade gestar e controlar todo o processo da produção, na solução da sua habitação, e de exercer o controle de todas as etapas na política urbana, desde a escolha do terreno, da definição do projeto, da equipe técnica que acompanhará o grupo, até a escolha da forma de construir, dos materiais que serão utilizados, da mão de obra que será contratada, da organização e da participação na obra, desde o mutirão até à prestação de contas.

Protestar e propor, assim como entrar em conflito e cooperar, passaram a andar juntos nas relações entre movimentos sociais e Estado. Abers, Silva e Tatagiba (2018) afirmam que é necessário compreender o contexto político dessa relação, não como um

agente externo ou um cenário inerentemente aos movimentos. O contexto estabelece oportunidades, ameaças ou constrange as ações dos movimentos sociais que estão inseridos em relações de interdependência com os diversos atores e instituições com quem interagem rotineiramente, constituindo estruturas relacionais.

Não foi o cotidiano, nem o lugar mítico e puro das periferias que trouxe a classe trabalhadora – pobres, sãos e libertos, como disse Sader (1988) – ao cenário público nas décadas de 1970 e 1980. Foi no contexto de efervescência política, na imersão de novos atores e movimentos populares que ocorreram nesse período e que deram nova configuração social ao cenário público, que Sader (1988) verifica a existência de novos significados atribuídos ao cotidiano popular decorrentes de reelaborações de matrizes discursivas do cristianismo da Igreja Católica, do marxismo e do novo sindicalismo. Foram essas matrizes discursivas que estabeleceram novas relações entre o cotidiano e a realidade vivida pelos sujeitos coletivos que emergiram na cena pública nesse período.

Muitos debates estão presentes nos estudos sobre movimentos sociais. Mas são sobre os atores que realizaram o trabalho social nas décadas de 1980 e 1990 e que estabeleceram relações com os movimentos sociais ou, ainda, estabeleceram relações entre o trabalho social na habitação com as lutas sociais da cidade a partir do poder público municipal ou através de assessorias técnicas e ONGs, que propomos a observar o presente trabalho.

Trabalho social no poder público

A partir do ano de 1975, o trabalho social passou a estar presente nacionalmente na política urbana (PAZ; TABOADA, 2010) através dos programas habitacionais oferecidos pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), vigente no país entre os anos de 1964 e 1986, dentro do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Programas como o Inocoop, Promorar, João de Barro, Profilurb e Prosanear, desenvolveram experiências de trabalho social.

Abramides, Mazzeo e Fingermann (1980) sistematizaram as experiências de trabalho social realizadas nos anos de 1975 e 1976 no Inocoop⁶. As autoras destacam a direção política dada ao trabalho social e à organização popular para empreender uma ação transformadora, participação na realidade social, no exercício e na defesa de direitos. Segundo as autoras, a direção da ação do trabalho social junto aos moradores do Inocoop requer dos técnicos uma concepção de sociedade que compreenda que todas as coisas e todos os fatos se transformam, a existência é encadeada dinamicamente e impulsionada pelo movimento inerente da própria sociedade. O técnico social, comprometido com a classe trabalhadora, deve dispor toda informação e conhecimento que possui no sentido de auxiliar sua articulação (ABRAMIDES; MAZZEO; FINGERMANN, 1980).

Em entrevista ao Núcleo de Movimentos Sociais da PUC-SP no ano de 2020, a coordenadora do Subprograma de Desenvolvimento Comunitário do Inocoop, ressaltou a importância do processo de formação dos técnicos desse período. As discussões no Serviço Social, nos marcos da renovação, a experiência de BH no Brasil e a experiência do

⁶ O Inocoop-SP atendia, com habitações de baixo custo, trabalhadores sindicalizados e contribuintes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Celats no movimento de reconceituação marcaram a formação desses técnicos. Outro destaque na entrevista foi o processo organizativo da própria categoria profissional do Serviço Social através da organização sindical na Associação Nacional dos Assistentes Sociais (Anas) e a preparação para o Congresso da Virada. Nossa entrevistada, enquanto membra da Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo (Apassp), destaca o papel do sindicato no reconhecimento e no acompanhamento dos primeiros movimentos da cidade de São Paulo como o Movimento Unificado de Favelas (MUF), o movimento de Lutas de Cortiços e o acompanhamento às lutas pela taxa mínima de água e luz nas favelas (ACERVO DE ENTREVISTAS, NEMOS, 2021).

Expressões do novo sindicalismo também estavam presentes em nossa categoria profissional. Para o Serviço Social era importante romper com o conservadorismo, essa perspectiva relaciona uma categoria profissional às lutas sociais, populares e sindicais que ocorriam em todo o país nesse período. Os profissionais do Serviço Social, muitas vezes, participavam desse processo numa dupla dimensão: como sindicalistas e como articuladoras de trabalhadores e trabalhadoras nas periferias da cidade. (ACERVO DE ENTREVISTAS, NEMOS, 2021).

Paz e Taboada (2010) identificam a importância da atuação das equipes técnicas envolvidas em projetos habitacionais que passaram a ter, como eixo central, o apoio às reivindicações e à organização popular. Foi dessa forma que os movimentos de moradia passam a identificar os técnicos sociais como aliados de suas lutas e, num contexto mais amplo de lutas, as lutas pela redemocratização do país (PAZ; TABOADA, 2010, p. 48). Uma de nossas entrevistadas demonstra esse processo:

Quando nós começamos a trabalhar com o movimento não tinha nada escrito, isso era como um compromisso com o movimento, algo ideológico, político, do que na verdade algo de conflito. Era um começo tanto para nós, como para eles também. Estávamos formando nossas cabeças como eles também estavam, não tinha uma coisa hierarquizada ou uma diferença entre nós. (Depoimento da entrevistada 1, 2018)

Nesse período, na cidade de São Paulo, os atendimentos e os programas de habitação voltados à população de interesse social eram compreendidos como ações emergenciais, e não como parte de uma política habitacional. Os atendimentos eram realizados através da secretaria ou de órgãos da assistência social e estavam restritos a atendimentos pontuais e emergenciais, como a doação de materiais ou a remoção de favelas para áreas e conjuntos desprovidos de serviços públicos nas periferias, por exemplo. Nesse contexto, assistentes sociais, técnicas do poder público, passaram a realizar uma atuação diferente:

A favela vinha aqui, “olha eu sou morador da favela tal”. Ah, então tá, eu vou lá, na sua favela, e a gente vai chamar uma reunião. Tem que formar uma comissão de moradores. A partir daí começamos a discutir outras coisas, porque aí os técnicos acharam que era o momento e se viam no papel de organizar a população e promover a educação popular (Depoimento na Atividade Roda de Conversa, NEMOS, 2016).

Organizar a população, promover processos coletivos e promover processos inspirados na educação popular foi a forma como atuaram os profissionais entrevistados. O sentido dessa ação era que os moradores não obtivessem apenas as exigências pontuais e individuais, mas que se organizassem, formassem comissões e identificassem demandas coletivas. Outro depoimento permite compreender esse processo:

Mensalmente a gente fazia reunião com todas as comissões de favela, e em favela que ainda não tinha comissão, que não tinha representatividade, a gente convidava as lideranças do MDF⁷ para conhecer a frente nacional dos trabalhos. Então a gente tinha esta preocupação de trazer experiência, de trazer modelos de organização, formas de organização para isso. (Depoimento na Atividade Roda de Conversa, Nemos, 2016).

A partir das necessidades concretas, ou seja, as formas de moradia da classe trabalhadora nas periferias da cidade de São Paulo, a perspectiva coletiva de organizar e articular essas lutas pela cidade e pelo país torna-se objetivo do trabalho social em habitação. Atendimentos individuais foram organizados para se tornarem coletivos, logo, podem se articular com outras organizações municipais, estaduais e nacionais que trazem como pauta as mesmas reivindicações pelo direito à moradia digna e pelo direito à cidade.

A atuação técnica, quando desenvolvida dessa forma, demonstra o compromisso político em atuar conjuntamente com os movimentos sociais. Entretanto, essa forma de atuação também foi questionada pelos movimentos sociais, no sentido de que organizar comunidades é uma atribuição das lideranças e não dos técnicos do poder público municipal. Entretanto, essa atuação permitiu demonstrar outros propósitos, como demonstra nossa entrevistada:

A gente discutia a própria necessidade de organizar para se obter outros serviços, como direito que a população tinha, que a gente como servidor público tinha obrigação de prestar esclarecimento, informação. Uma outra visão do funcionário público como aquele que ficava atrás de um balcão, e por favor, dava informação para a população. (Depoimento na Atividade Roda de Conversa, Nemos, 2016).

Embora a atuação técnica, quando pautada na organização comunitária, entre em conflito com a atuação das lideranças dos movimentos sociais que atuam nesses territórios, a intencionalidade dessa prática e a atuação do técnico que informa, esclarece, articula e está presente no territórios transcende a atuação do funcionário público que apenas fornece informação “atrás de um balcão”, como diz nossa entrevistada.

Com o desenvolvimento das políticas públicas de habitação de interesse social, principalmente a partir do ano de 1989 e sua respectiva institucionalidade na gestão municipal, vemos, através do Programa FUNAPSCOM⁸, as ações de trabalho social acompanharem movimentos sociais nos mutirões para construção de unidades habitacionais, urbanizar favelas ou promover ações de melhorias em áreas específicas. Nesse

⁷ Movimento de Defesa dos Favelados (MDF) foi formado no ano de 1977 e se propunha a organizar e articular as favelas. Atualmente, está presente nos bairros da Vila Prudente e Sapopemba na cidade de São Paulo.

⁸ O Programa Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal Comunitário (FUNAPSCOM) foi criado pela Lei n. 8.906 de 27 de abril de 1979 e reformula o programa Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal (Funaps) que estava vinculado à Fabes e à Coordenadoria do Bem Estar Social.

contexto, as discussões sobre a indicação da demanda – quem tem direito ao benefício da moradia autoconstruída – passa a estar presente. Poder público e movimentos sociais divergem sobre a questão. Para os movimentos sociais, são eles que indicam a demanda, pois organizam, gestam e reivindicam as obras realizadas. A composição de equipes multidisciplinares para o desenvolvimento do trabalho social com movimentos sociais (arquitetos, engenheiros, assistentes sociais entre outros) também promove debates e disputas sobre as formas de atuação. Há concordância sobre a importância do trabalho social, entretanto, como diz nossa entrevistada, a defesa da atuação do Serviço Social se pauta na ênfase a determinados processos, à formação e à dimensão ética, política e pedagógica, que não é realizada da mesma forma por todos os profissionais (Depoimento na Atividade Roda de Conversa, Nemos, 2016).

Trabalho social nas assessorias técnicas e ONGs

O Sindicato dos Arquitetos de São Paulo, a partir do ano de 1988, passou a articular, mensalmente, assessorias técnicas que atuavam com movimentos sociais⁹. Encontramos o registro de um debate entre esses atores¹⁰, realizado no ano de 1994, que permite observar como eram as interações entre as assessorias técnicas, movimentos sociais e o Estado. O papel das assessorias técnicas e a perspectiva de sua estruturação como ONGs pautava-se na defesa por autonomia, pela garantia de multidisciplinaridade em suas equipes e na manutenção da condição de parceira, e não prestadora de serviços em relação ao governo. É possível identificar que havia uma intencionalidade em alterar a correlação de forças e alterar atores já fortalecidos historicamente na política urbana, como as empreiteiras e os escritórios de arquitetura consolidados. Assessorias técnicas e movimentos sociais haviam sido parceiros da administração municipal da cidade, entretanto, a descentralização de poder, a inclusão de novos atores ao Estado e a inclusão dos movimentos sociais na gestão da política foram questões importantes para essas relações. As experiências de financiamento das assessorias técnicas pelo Estado permitiram ampliar a participação dos movimentos sociais por moradia nos aspectos físicos da obra (participação na elaboração de projetos, participação no desenho e no planejamento da obra, por exemplo).

A referência do modelo cooperativista uruguaio dos Institutos de Assistência Técnica (IATs)¹¹ e das *Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua* são referências importantes para os movimentos sociais e para as assessorias técnicas. Os movimentos sociais por moradia conhecem essa experiência no final dos anos de 1980, e se inspiram no Uruguai que, com financiamento público através da *Lei Nacional de Vivienda* (Lei nº 13.728, de dezembro de 1968), mantém uma política de habitação autogestionária, estatal e continuamente financiada.

Entre as assessorias técnicas de trabalho social, é a atuação da Fase, junto aos movimentos sociais, que destacamos as principais contribuições. A organização

⁹ Segundo Ronconi (1995), havia 23 entidades prestando assessoria técnica aos movimentos sociais na cidade de São Paulo no período de 1989 a 1992.

¹⁰ O debate realizado pelo Instituto Pólis sobre moradia e cidadania na cidade de São Paulo, que ocorreu no ano de 1994, contou com a participação de dez representantes de assessorias técnicas como a Usina, a Caap e a GAMHA.

¹¹ Os Institutos de Assistência Técnica (IATs) são entidades que assessoram a FUCVAM e o cooperativismo de habitação uruguaio.

desenvolveu atividades com lideranças, representantes, dirigentes e militantes de base de diversos movimentos populares presentes na cidade entre os anos de 1985 e 1992. Na pesquisa documental, encontramos a metodologia de trabalho social utilizada por essa assessoria junto ao Movimento Popular do Campo Limpo e pudemos observar alguns destaques. O trabalho social procura conscientizar e organizar os trabalhadores para potencializar, junto a outros setores sociais, os avanços na resolução dos problemas concretos, transformar a sociedade e alterar as relações de classe; compreende que a realização de ações concretas para melhoria das condições de trabalho e de padrão de vida da população devem estar apoiadas na estrutura sólida de seus locais de trabalho e de seus locais de moradia, pois isso garante continuidade e avanço nas lutas e reivindicações; desenvolve nos participantes a consciência crítica sobre a própria realidade como base para a reflexão e proposta de uma alternativa possível a esta realidade (Programa Trienal FASE/ SP-1987 a 1989, p. 13, 1987).

A influência da educação popular enquanto metodologia de trabalho social também está presente no Plano de Formação da Fase. Promover seminários, reunir dirigentes, militantes de base dos movimentos sociais, para dominar processo de lutas, ampliar a participação das mulheres nesses espaços, elaborar recursos pedagógicos (materiais audiovisuais, publicações, impressões) que permitam a visibilidades dessas lutas e realizar intercâmbios, assim como promover retratos da realidade local para refletir e buscar alternativas, produzir materiais com os movimentos e para os movimentos, são algumas dessas metodologias utilizadas.

Uma das expressões desse trabalho foi o acompanhamento da equipe de trabalho social de seis microrregiões da Zona Sul da cidade¹². A partir desse acompanhamento, a equipe passou a propor encontros e atividades nessa região, para articular essas lutas e ultrapassar a fragmentação desses grupos. Ampliá-los e unificá-los a toda cidade estavam entre os objetivos dos encontros entre os movimentos da região. Discutir propostas concretas para uma articulação ampla e permanente, critérios como pluralismo, representatividade, articulação, relações com o governo (Programa Trienal FASE/ SP, 1987 a 1989, p. 11), também estavam entre os objetivos, assim como a elaboração e o debate de teses sobre a questão habitacional, formas de organização e inserção dos movimentos sociais no embate direto ao Estado. A presença de partidos políticos e da Igreja Católica na organização desses movimentos populares também foram observados. Essa observação permitiu que as equipes identificassem preferências com setores, correntes políticas ou religiosas que facilitam, potencializam ou dificultam as ações desenvolvidas.

Em relação ao trabalho social com os moradores assentados e com moradores mobilizados para mutirão, as discussões focaram na organização comunitária para viabilizar creches, áreas verdes e espaços de lazer para jovens diante da ausência de equipamentos de uso coletivo no bairro. Ações para ampliação das práticas democráticas dentro dos próprios grupos também foram realizadas, entre elas atividades com a diretoria do movimento para ampliar práticas democráticas nas relações com seus associados e militantes (Programa Trienal FASE/ SP, 1987 a 1989).

¹²As áreas foram divididas por microrregiões, a saber: Jardim Regina, Jardim Rosana, Jardim São Luis, São Bento, Guarapiranga e Rural (compreende o Riviera até a Vila Jaci).

Entre os anos de 1990 e 1992, a equipe da Fase elaborou novas estratégias de trabalho ao considerar a presença de diferentes tendências políticas, próximas aos movimentos sindicais e aos movimentos populares. Emergem novas questões relacionadas à democracia interna dos grupos, à autonomia dos grupos em relação ao Estado, ao capital e aos partidos. Mas, é no depoimento da nossa entrevistada que podemos observar a abrangência e o desdobramento das articulações realizadas pela Fase:

A gente acompanhava os movimentos de moradias da Zona Sul e uma parcela deles lutava pelo mutirão, que era a grande bandeira da época. Aí a gente começou a fazer algumas reuniões, umas articulações na Câmara Municipal, no gabinete do Henrique Pacheco, que abria o gabinete dele toda segunda-feira. Então nós começamos a nos articular regionalmente e a partir daí começam a aparecer nas reuniões nós e várias outras pessoas. Na FASE nós fomos trabalhar também nessas articulações e foi quando a gente viu que, talvez fosse interessante criar uma articulação nacional, que foi a União Nacional dos Movimentos de Moradias, onde a gente fazia um trabalho coletivo de verdade, que abrangia também o Brasil inteiro. (Depoimento da entrevistada 1, 2018)

Considerações finais

No ano de 1993, a UMM-SP, com apoio da assessoria técnica da Fase, passa a articular movimentos de moradia por todo o país e funda a União Nacional por Moradia Popular (UNMP). A UNMP reúne movimentos sociais em 22 estados brasileiros e, nos anos seguintes, articula-se com outros atores da sociedade civil, como o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), a *Habitat International Coalition* (HIC) e a *Secretaria Latino Americana de La Vivienda Popular* (Selvip) e integram redes nacionais e internacionais.

A UMM-SP realizou experiências autogestionárias em programas habitacionais municipais e estaduais, e elaborou políticas públicas como o Fundo Nacional de Moradia Popular¹³. No ano de 2003, com a criação do Ministério das Cidades e o estabelecimento de canais de negociação com o Governo Federal, foram elaboradas adaptações do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), o Programa Crédito Solidário (PCS) e, no segundo semestre de 2008, foi elaborado o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (PMCMV-E). O PMCMV-E utilizou recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e permitiu que organizações comunitárias, associações e movimentos sociais viabilizassem habitações de interesse social. O Programa possuía a modalidade de construção por autogestão¹⁴ e representou apenas 2% dos recursos do PMCMV convencional destinado às construtoras.

Para os movimentos sociais, os programas habitacionais que permitem a autogestão representam não apenas o atendimento de suas pautas de reivindicação, mas, também, a possibilidade de aperfeiçoar sua aplicabilidade (MINEIRO; RODRIGUES, 2012). O aperfeiçoamento da prática através das políticas públicas também permitiu que os

¹³ O Fundo Nacional de Moradia Popular é o primeiro projeto de lei de iniciativa popular do país, aprovado no ano de 2005 pela Lei n. 11.124 após 13 anos de tramitação no Congresso Nacional. Com a lei, cria-se o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).

¹⁴ Até o ano de 2011, foram produzidas 9.395 unidades habitacionais pela modalidade Entidades (MINEIRO; RODRIGUES, 2012).

movimentos sociais elaborassem suas próprias concepções sobre assessorias técnicas e trabalho social.

Para os movimentos sociais que defendem a autogestão na produção da moradia, as assessorias técnicas permitem aprimorar o processo de produção da autogestão e gestar, conjuntamente, as necessidades práticas impostas nas complexidades financeiras, jurídicas e construtivas de um empreendimento habitacional. O trabalho conjunto com as assessorias técnicas permite fomentar a autogestão em todos os momentos do processo: da aprovação à execução na construção da moradia, garantindo que o projeto atenda a necessidade e respeite os interesses dos futuros moradores, e preservando as particularidades de cada grupo. Sendo assim, o produto final não se resume à casa pronta, mas ao acúmulo de experiências técnicas e sociais que os levaram até ali, fazendo com que a participação no processo e o aprendizado adquirido representem a autonomia, o acesso aos direitos, à cidadania e a contribuição na construção de cidades mais igualitárias (UNMP, 2015).

As atividades, atribuições e limites para o desenvolvimento do trabalho social também se complexificam¹⁵. Possivelmente distintos ou, às vezes, próximos do contexto dos anos de 1980 e 1990. Indicação da demanda, atendimento de normativas, desenvolvimento de habilidades para participação, exposição de contextos, demonstrações das lutas dos movimentos, conflitos, contradições e disputas realizadas pela sociedade são ações de trabalho social com os movimentos sociais na contemporaneidade. Para os movimentos sociais, o trabalho social precisa promover a capacitação para a gestão coletiva, possibilitar processos que ampliem a participação das famílias na gestão da obra, fortalecer as comissões, incentivar permanência, apoiar, mobilizar e preparar processos para tomadas de decisão (UNMP, 2015).

A participação foi transpassada à gestão do empreendimento e, nesse contexto, promover espaços onde as decisões sejam menos concentradas, mais distribuídas e transparentes passa a ser atribuições do trabalho social. Analisar as relações estabelecidas, propor, implementar, ampliar e dar sustentabilidade às instâncias de participação popular na gestão da produção social da moradia são atribuições do trabalho social com os movimentos sociais (UNMP, 2014).

Referências

ABERS, R. N.; SILVA, M. K.; TATAGIBA, L.. Movimentos Sociais e Políticas Públicas: repensando atores e oportunidades políticas. **Lua Nova**, n. 105, 2018.

ABRAMIDES, M. B. C; FINGERMAN, T. N.; MAZZEO, S. C. **Repensando o Trabalho Social: a relação entre Estado, Instituição e População**. São Paulo: Cortez Editora, 1980.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de Muros**. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34, 2000.

¹⁵ Foi analisado o material desenvolvido no âmbito do Projeto de Fortalecimento e Difusão à Autogestão, formulado no ano de 2012, pela UMM-SP. O projeto teve como objetivo fortalecer e difundir a autogestão habitacional aos movimentos sociais filiados à União Nacional dos Movimentos de Moradia Popular (UNMP).

DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, São Carlos, n. 05, 2004.

DINIZ, T. M. R. G; PAZ, R. D.. **O trabalho social na política habitacional: a vitalidade do Serviço Social**. Paraná: ENPESS, 2018.

FASE. **Programa Trienal FASE/ SP**, 1987 a 1989.

LAVALLE, A. G.; CASTELLO, G.; BICHIR, R. M. Quando novos atores saem de cena. Continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais. **Política & Sociedade**, São Carlos, n. 5, 2004.

MINEIRO, E; RODRIGUES, E. Do Crédito Solidário ao MCMV Entidades: uma história em construção. *In*: LAGO, L. C. (Org.). **Autogestão Habitacional no Brasil: utopias e contradições**. Rio de Janeiro: Editora Letra Capital, 2012.

PASTERNAK, S.; BOGUS, L. M. M. **Continuidades e descontinuidades na cidade dos anéis**. Bahia: AMPUR, 2005.

PAZ, R. D. O; TABOADA, K. J. **Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social**. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

SADER, E.. **Quando Novos Personagens entram em Cena: Experiências e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA. **Curso de Sensibilização para Autogestão**. São Paulo: 2014. Disponível em: www.Autogestao.unmp.org.br. Acesso em: 11 out. 2017.

UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA. **Curso de Capacitação para Lideranças em Autogestão**. São Paulo: 2015. Disponível em: www.Autogestao.unmp.org.br. Acesso em: 13 out. 2017.